

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE 35.3.0035492.3

COMPANHIA ABERTA

ATA DA 90ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 21 dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, com início às 15 horas, na sede social da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (“Companhia ou Inepar”), localizada na Alameda Jurupis, nº 455, 10º Andar, Bairro Moema, CEP 04.088-001, em São Paulo, Estado de São Paulo.

2. PARTICIPANTES: Presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, observado o artigo 13, parágrafo único, do Estatuto Social.

3. ORDEM DO DIA:

Opinar sobre a proposta da administração da Companhia datada de 21 de setembro de 2015 (“Proposta da Administração”) a respeito: **(a)** do aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização de créditos e emissão de novas ações ordinárias; **(b)** do aumento do limite do capital autorizado da Companhia; **(c)** da conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, observada a relação de troca de 1,283 (um inteiro e duzentos e oitenta e três milésimos) ações preferenciais para cada 1 (uma) ação ordinária; e **(d)** a emissão de debêntures pela Companhia.

4. ASSUNTOS TRATADOS:

Após exame e discussão da matéria objeto da Ordem do Dia e da documentação a ela relacionada, os membros do Conselho Fiscal deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, opinar favoravelmente às matérias contempladas na Proposta da Administração, a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas nos termos do parecer anexo à presente ata (Anexo I), por meio da qual a Diretoria da Companhia propôs: **(a)** o aumento de capital social da Companhia mediante a capitalização de créditos e emissão de novas ações ordinárias; **(b)** o aumento do limite do capital autorizado da Companhia; **(c)** a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias; e **(d)** a emissão de debêntures pela Companhia, tudo conforme descrito no Anexo I.

Encerramento: Aprovação e assinatura da ata, lavrada e lida, foi a presente ata aprovada por unanimidade e assinada por todos os conselheiros.

São Paulo (SP), 21 de setembro de 2015.

José Higinio Buczenko

Rubens Gerigk

Adrian Monge Jara

Arthur Tornatore Siessere

Camille Curi

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

NIRE 35.3.0035492.3

Companhia Aberta

ANEXO I À ATA DA 90ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho Fiscal da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (“Companhia ou Inepar”), no exercício da atribuição que lhe é conferida pelo Estatuto Social da Companhia e pelo art. 163 da Lei nº 6.404/1976, examinou a proposta da administração da Companhia datada de 21 de setembro de 2015 (“Proposta da Administração”), a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser realizada em 14 de outubro de 2015, acerca dos seguintes temas:

- (a) Aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 194.387.530,00 (cento e noventa e quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta reais), mediante emissão particular de 77.254.703 (setenta e sete milhões, duzentas e cinquenta e quatro mil, setecentas e três) novas ações ordinárias (que serão em tudo idênticas às ações ordinárias já existentes da Companhia), pelo preço de emissão de R\$2,516190244 por ação, fixado pelo critério da perspectiva da rentabilidade futura da Companhia, de acordo com o art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/1976, conforme Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da Companhia anexo à Proposta da Administração, dos quais R\$15.450.940,60 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta reais e sessenta centavos) serão destinados à conta de capital social, e R\$178.936.589,40 (cento e setenta e oito milhões, novecentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos) serão destinados à formação de reserva de capital. Tendo em vista o acima exposto, o capital social da Companhia passará **de** R\$398.977.131,06 (trezentos e noventa e oito milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e trinta e um reais e seis centavos) **para** R\$414.428.071,66 (quatrocentos e quatorze milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e setenta e um reais e sessenta e seis centavos). O aumento do capital se dará mediante a capitalização dos créditos detidos em face da Companhia, conforme manifestação dos credores que optaram pela conversão de seus créditos em ações da Companhia, nos termos do Plano de Recuperação Judicial;
- (b) Aumento do limite do capital autorizado da Companhia de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias para 711.994.397 (setecentas e onze milhões, novecentas e noventa e quatro mil, trezentas e noventa e sete), um aumento, portanto, de 651.994.397 (seiscentas e cinquenta e um milhões, novecentas e noventa e quatro mil, trezentas e noventa e sete) ações ordinárias, podendo o Conselho de Administração da Companhia deliberar a respeito de futuras emissões de ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado que serão em tudo idênticas às ações ordinárias já existentes da Companhia;

- (c) Conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, observada a relação de troca de 1,283 (um inteiro e duzentos e oitenta e três milésimos) ações preferenciais para cada 1 (uma) ação ordinária. Caso a conversão de ações seja aprovada pela AGE e pela Assembleia Geral Especial de preferencialistas (“AGESP”), será resguardado aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia dissidentes de referida deliberação, bem como aos acionistas titulares de ações preferenciais que tenham se abstido da deliberação ou que não tenham comparecido à AGESP, o direito de retirada da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações, de acordo com o valor de reembolso a ser definido posteriormente e oportunamente divulgado aos acionistas, conforme o disposto no art. 137 da Lei nº 6.404/1976, dentro do prazo estabelecido no respectivo aviso aos acionistas que será emitido pela Companhia após a aprovação da conversão de ações pela AGE e pela AGESP; e
- (d) 6ª e 7ª emissões, pela Companhia, de debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo valor total de emissão será de R\$604.777.857,00 (seiscentos e quatro milhões, setecentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), no caso da 6ª emissão, e de R\$107.026.351,00 (cento e sete milhões, vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais), no caso da 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos detidos em face da Companhia, de acordo com a manifestação dos credores que optaram por converter seus créditos em debêntures nos termos do Plano de Recuperação Judicial, bem como autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à realização de referidas emissões. Será resguardado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição de referidas debêntures conversíveis em ações, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia, bem como na subscrição de eventuais sobras, conforme o disposto no art. 57, §1º, e art. 171, §3º, da Lei nº 6.404/1976, dentro dos prazos estabelecidos nos respectivos avisos aos acionistas que serão emitidos pela Companhia. Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição das debêntures deverão efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

Com base na existência e exatidão dos créditos contabilizados que serão convertidos em ações ordinárias e em debêntures de emissão da Companhia (itens “a” e “d” acima), nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pelos membros da Diretoria da Companhia, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados opinaram favoravelmente em relação às matérias acima mencionadas, todas constantes da Proposta da Administração, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 14 de outubro de 2015.

São Paulo (SP), 21 de setembro de 2015.

José Higino Buczenko

Rubens Gerigk

Adrian Monge Jara

Arthur Tornatore Siessere

Camille Curi